

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano CI • Nº 38

Poder Executivo

Recife, 28 de fevereiro de 2024

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CEPE - CNPJ - 10.921.252/0001-07				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
RELATÓRIO DA DIRETORIA - SENHORES ACIONISTAS - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE apresenta a V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na forma da legislação vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes. A DIRETORIA				DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em Reais)	
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (EM REAIS)				Notas Explicativas	
ATIVO		PASSIVO		2023	
CIRCULANTE		CIRCULANTE		2022	
Notas Explicativas	31.12.2023	31.12.2022	Notas Explicativas	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.229.282	6.336.349	17	52.878.705
Contas a receber de clientes	5	26.289.119	28.292.779	18	28.843.668
Estoques	6	2.128.702	2.842.599	19	24.035.037
Tributos a recuperar	7	1.538.706	345.559	20	49.500.000
Adiantamentos diversos	8	1.012.949	1.057.747	21	114.420
Despesas antecipadas	9	120.562	107.870	22	143.559
ATIVO NÃO CIRCULANTE		36.319.320	38.982.903		(26.859.140)
Depósitos judiciais		280.597	280.597		(34.797.045)
Investimentos	8	1.074.883	1.074.883		(1.088.071)
Imobilizado	9	11.001.238	11.174.358		(13.90)
Intangível	10	53.217	104.755		(84,46)
TOTAL DO ATIVO		48.729.055	51.617.116		
PASSIVO CIRCULANTE					
Obrigações trabalhistas	11	1.152.756	1.212.136		
Obrigações sociais	12	542.581	635.351		
Obrigações tributárias	13	1.313.674	788.842		
Outros	14	81.965	790.141		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.240.640	6.254.599		
Obrigações tributárias	13	1.010.259	1.032.584		
Provisões para contingências	15	867.459	917.459		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	1.877.716	1.950.043		
Capital social		66.570.000	66.570.000		
Reserva de reavaliação		3.129.060	3.199.758		
Ajustes de avaliação patrimonial		70.092	70.092		
Prejuízos acumulados		(28.158.455)	(26.427.376)		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		48.729.055	51.617.116		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em Reais)					
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2021	66.570.000	3.271.681	70.092	(15.435.941)	54.475.832
Realização da reserva de reavaliação	-	(94.636)	-	94.636	-
Efeitos tributários	-	22.713	-	-	22.713
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.086.071)	(11.086.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.570.000	3.199.758	70.092	(26.427.376)	43.412.474
Realização da reserva de reavaliação	-	(93.024)	-	93.024	-
Efeitos tributários	-	22.326	-	-	22.326
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.824.103)	(1.824.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	66.570.000	3.129.060	70.092	(28.158.455)	41.610.697
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Valores expressos em Reais)					
1. INFORMAÇÕES GERAIS					
A Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, parte integrante da administração indireta do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 6.085, de 01.12.1967, domiciliada à Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro - Recife - PE. A Companhia tem como atividade preponderante a edição e publicação dos Diários Oficiais do Estado, de caráter cultural, e o processamento e digitalização de imagens.					
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
a) Declaração de conformidade					
As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas - CPC PME (R1), cujas principais aplicações estão descritas na nota explicativa 3.					
b) Base de mensuração					
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.					
c) Moeda funcional e moeda de apresentação					
Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.					
d) Uso de estimativas e julgamento					
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revisados de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem essas estimativas e pressupostos são:					
(i) análise de risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa;					
(ii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos;					
(iii) a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia (ativos imobilizados), que é avaliada sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil de ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil desses ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos parâmetros;					
(iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio de avaliação de probabilidade de perda que inclui avaliações das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, bem como a avaliação dos assessores jurídicos;					
(v) realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos em função de lucro tributável futuro contra qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e impostos diferidos possam ser realizados.					
As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente.					
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS					
3.1 - Apuração do resultado					
A Companhia adota o princípio da competência para registro das suas operações. A aplicação desse princípio implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento.					
A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.					
3.2 - Caixa e equivalentes de caixa					
Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contadas da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.					
3.3 - Instrumentos Financeiros - Pronunciamento Técnico CPC 48					
Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.					
a) Ativos financeiros					
A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros e créditos realizados por caixa. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.					
b) Passivos financeiros					
São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros obrigações.					
• Classificação e mensuração:					
De acordo com o CPC 48, as principais categorias de classificação de ativos financeiros são (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).					
• Redução ao valor recuperável (impairment):					
O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia, após estudo individualizado por cliente, concluiu não haver necessidade de reconhecimento de provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECILD), visto que há fortes indicativos de suas realizações.					
3.4 - Contas a receber (ver Nota 5)					
As contas a receber de clientes e outros créditos são mensurados ao seu valor justo na data da transação. O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado com o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.					
Após o reconhecimento inicial, as contas a receber de clientes e outros créditos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Como a empresa não realiza vendas com caráter de perdas esperadas, as mesmas não são amortizadas através do método da taxa efetiva de juros. Da mesma forma, os outros créditos, igualmente não revisados de caráter de financiamento, não são amortizados usando-se do método da taxa efetiva de juros.					
A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é estabelecida pois não existe uma evidência objetiva de que a CEPE não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber de clientes.					
3.5 - Estoques					
São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os impostos recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.					
3.6 - Tributos a recuperar					
São originados de diversas operações que podem gerar valores a recuperar de tributos, tais como saldos devedores de PIS/PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros. Tais tributos são registrados pelo custo histórico.					
3.7 - Investimentos (ver Nota 8)					
a) Obras de arte. Reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, as mudanças ao seu valor justo, quando devidamente comprovadas por um profissional capacitado, são reconhecidas.					
b) Investimentos em outras companhias. Esses ativos são representados por títulos patrimoniais (ações) de longo prazo nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.					
3.8 - Imobilizados					
O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação de ativos em 2007. Os efeitos da reavaliação aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, reavaliando esta líquida dos efeitos fiscais.					
Gastos com melhorias nos bens existentes são acrescidos ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados ao resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial.					
3.9 - Intangíveis					
Representado principalmente por aquisição de licenças de uso de softwares, é registrado pelo custo de aquisição e formação, sendo amortizado em cinco anos, sendo seu valor recuperável em função de suas operações.					
3.10 - Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes					
Registrados de acordo com as condições contratuais, sendo classificados como não circulantes se com vencimento após o encerramento do exercício subsequente, ou sem previsão definida de realização.					
3.11 - Obrigações com fornecedores, sociais e tributárias, e as demais obrigações					
Registrados tendo por base as condições contratuais e a legislação vigente, sendo que os classificados como não circulantes terão vencimento após o exercício subsequente.					
CONTINUA					

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano CI • Nº 38

Poder Executivo

Recife, 28 de fevereiro de 2024

CONTINUAÇÃO

3.12 – Contribuição Social e Imposto de Renda
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. São arrecadados por estimativas mensais, tendo seu ajuste e apuração anual em 31 de dezembro.
O diferimento de tributos é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. É mensurado pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.13 – Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.
O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.14 – Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, e em certos casos implícita (consideradas estimativas contábeis), dos respectivos ativos e passivos.
Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.15 – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para companhias abertas nas demonstrações contábeis anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação complementar.

3.16 – Lucro (prejuízo) por ação

O lucro líquido por ação é determinado considerando as ações em circulação nas datas dos balanços.

3.17 – Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia estão sendo acompanhados e até o momento não foram identificadas equivalências de ocorrências de impactos significativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	600	303
Bancos conta movimento	2.101.788	1.463.936
Aplicações financeiras	3.126.894	4.872.110
	5.229.282	6.336.349

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2023	31.12.2022
Administração Pública Federal	8.212	11.071
Administração Pública Estadual	24.673.552	26.970.168
Administração Pública Municipal	484.662	683.076
Outros	1.122.693	628.464
	26.289.119	28.292.779

Como a grande maioria das vendas de serviços são realizadas para a Administração Pública, a serem recebidas por meio de "empenhos", não se constitui provisão para perdas estimadas sobre esses valores. Contudo, passado o período prescricional de cinco anos, valores empenhados que não tenham sido ainda recebidos são baixados. Os valores do Contas a Receber em 31.12.2023, em estado de prescritos e não baixados (artigos 224 a 228 do Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco – Lei nº 7.741/19), estão em entendimentos com os órgãos devedores, com elaboração de TAC - Termo de Ajuste de Conduta (Art. 172 do Código Civil) entre outros argumentos de gestão de mútuo interesses, que têm viabilizado seus recebimentos, a exemplo do que se deu no exercício de 2023 e em processo de liquidação em 2024.

6. ESTOQUES

	31.12.2023	31.12.2022
● Matérias primas		
- Papeléis	785.867	428.536
- Cartões	106.510	79.789
- Tintas	32.862	33.943
- Produtos químicos	15.099	15.125
- Chapas	48.121	13.657
- Diversos	111.311	101.832
	1.099.770	672.892
● Almozarifado	19.816	23.730
● Serviços em curso	1.009.116	2.145.987
	2.128.702	2.842.599

Os estoques estão formados por matérias primas utilizadas para a confecção de revistas, livros e adicionalmente material de escritório e de limpeza.
A conta Serviço em Curso corresponde a encomendas de produtos gráficos em fase de elaboração para posterior entrega aos clientes.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.2023	31.12.2022
● Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ retido na fonte – Governo	910.074	41.360
● Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ retido na fonte – Privados	484.853	206.572
● Cont. Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – retida na fonte – Governo	11.391	9.255
● Imposto de Renda retido na fonte – aplicações financeiras	130.760	88.372
● INSS retido – serviços de terceiros	1.628	-
	1.538.706	345.559

8. INVESTIMENTOS

	31.12.2023	31.12.2022
● Obras de arte (*)		
- Quadros	442.456	442.456
- Esculturas	540.000	540.000
	982.456	982.456
● Participação acionária (**)	92.227	92.227
	1.074.683	1.074.683

(*) – Estatutariamente, a CEPE tem o compromisso de promover, incentivar e divulgar a valorização do acervo histórico e cultural do Estado de Pernambuco. O saldo representa

adquisições de 09 painéis artísticos em 03.01.2010 pela CEPE (quadros e esculturas) e doação do Instituto Abelardo da Hora conforme ofício de doação de nº 016/2016.

(**) – Representado por ações da COMPEA – Companhia Pernambucana de Saneamento.

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição subtraído os valores da depreciação acumulada, calculada linearmente conforme taxas admitidas pela legislação, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os valores referentes à apuração da depreciação acumulada no exercício são apropriados como custos ou despesas ao resultado do exercício, a depender da alocação e função do bem dentro das instalações da empresa.

Movimentação contábil no exercício:

	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2023
Custo				
Terenos	1.877.862	-	-	1.877.862
Edificações	3.993.478	-	-	3.993.478
Maquinários	9.747.091	61.820	(27)	9.808.884
Móveis e utensílios	5.663.573	949.937	(15.556)	6.597.954
Computadores e periféricos	2.956.125	89.643	(2.060)	3.043.708
Veículos	22.000	-	-	22.000
Instalações	119.630	-	-	119.630
	24.379.759	1.101.400	(17.643)	25.463.516
Depreciação acumulada				
Edificações	(1.241.174)	(88.655)	-	(1.329.829)
Maquinários	(5.855.242)	(484.449)	21	(6.339.670)
Móveis e utensílios	(3.351.839)	(575.873)	12.895	(3.914.817)
Computadores e periféricos	(2.651.354)	(115.356)	2.060	(2.764.650)
Veículos	(17.991)	(4.009)	-	(22.000)
Instalações	(87.801)	(3.511)	-	(91.312)
	(13.205.401)	(1.271.853)	14.976	(14.462.278)
	11.174.358	(170.453)	2.667	11.001.238

Composição dos saldos em 31.12.2023, segregados pela reavaliação ocorrida em 2007:

	Saldo Normal	Saldo da Reavaliação	Saldo Total
Custo	19.856.790	5.606.726	25.463.516
Depreciação	(12.972.736)	(1.489.542)	(14.462.278)
	6.884.054	4.117.184	11.001.238
Efeito tributário sobre a reavaliação (passivo não circulante) (Nota 13)		(988.124)	
Saldo da Reserva de Reavaliação		3.129.060	

10. INTANGÍVEL

	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2023
Custo				
Softwares	2.023.676	-	-	2.023.676
Marcas e patentes	1.706	-	-	1.706
	2.025.382			2.025.382
Amortização acumulada				
Softwares	(1.920.807)	(51.358)	-	(1.972.165)
	104.575	(51.358)		53.217

Apropriação (contrapartida) da depreciação do imobilizado (Nota 9) e da amortização do intangível (Nota 10):

- Depreciação do Imobilizado	1.271.853	
- Amortização do Intangível	51.358	
	1.323.211	
Contrapartidas ao Resultado do exercício:		
Ao custo de serviços gráficos	480.327	
(Gasto indireto de fabricação - Nota 18)	485.438	
Ao custo de serviços de digitalização (Nota 18)	357.446	
À despesa administrativa (Nota 19)	1.323.211	

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31.12.2023	31.12.2022
● Provisões para férias e respectivos encargos sociais	1.095.354	1.157.240
● Consignações da folha de pagamento	57.402	54.896
	1.152.756	1.212.136

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31.12.2023	31.12.2022
● INSS	254.630	359.203
● COFINS	133.326	126.229
● ISS	169.165	138.720
● Outras	76.950	64.694
	542.581	635.351

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31.12.2023		31.12.2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
● PASEP	171.633	-	87.307	-
● COFINS	790.761	-	402.247	-
● ISS	182.115	-	160.568	-
● IR Fonte	169.165	-	138.720	-
● Imposto de Renda – Diferido	-	631.412	-	645.365
● Contribuição Social – Diferida	-	378.847	-	387.219
	1.313.674	1.010.259	788.842	1.032.584

Os tributos diferidos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicada no ano em que o passivo for liquidado, baseados na legislação aplicável nas datas dos balanços. Os saldos em 31.12.2023 e 2022 podem ser assim demonstrados:

	31.12.2023			31.12.2022		
Efeitos tributários sobre:	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
● Reavaliação	617.578	370.546	988.124	631.531	378.919	1.010.450
● Ajuste a valor justo de invest.	13.834	8.301	22.135	13.834	8.300	22.134
	631.412	378.847	1.010.259	645.365	387.219	1.032.584

14. PASSIVO CIRCULANTE – OUTROS

	31.12.2023	31.12.2022
● Convênio com o Estado de Pernambuco (*)	-	743.856
● Adiantamentos de clientes	61.379	45.698
● Outros	596	587
	61.965	790.141

(*) – Saldo de Convênio celebrado com o Estado de Pernambuco, através da secretaria de Justiça e Direitos Humanos, visando a execução do Memorial da Democracia Fernando Vasconcelos Coelho, com recursos orçados em R\$ 3 milhões, não sendo exigidos valores a título de contrapartida da Companhia. A prestação de contas final ocorreu em fevereiro de 2023.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, consultada na opinião dos seus assessores jurídicos, constitui provisão para processos trabalhistas e civis, classificados na condição de perda "provável", com o objetivo de evidenciar o suporte ao risco de eventual decisão desfavorável.

	31.12.2023	31.12.2022
Causas trabalhistas:		
● Causa do Sindicato dos Gráficos de Pernambuco:		
- provisão original em 31.12.2019	1.432.000	1.432.000
- amortização no exercício de 2020	(564.541)	(564.541)
	867.459	867.459
● Outras causas trabalhistas	-	50.000
	867.459	917.459

A principal causa decorre de Ação de Cumprimento de Convenção Coletiva, impetrada pelo Sindicato dos Gráficos de Pernambuco, Processo nº 0001733-47.205.5.06.003 na 13ª Vara do Trabalho, que objetiva a implementação do Plano de Cargo e Carreira, retroativamente a 30.09.2015, sendo devido o pagamento das diferenças correspondentes aos salários vencidos e vincendos dos trabalhadores gráficos da CEPE. Consoante Despacho Judicial determinando o rateio do valor para pagamento a quem de direito, a Companhia procedeu a um depósito judicial de R\$ 666.758, que inclui honorários advocatícios e, mediante Alvará Eletrônico de Pagamento Número: 000289322020 - Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região foram transferidos R\$ 584.541 para os respectivos beneficiários individualmente, cujo valor foi abatido do correspondente depósito judicial (ativo).
O processo encontra-se aguardando manifestação do perito com relação aos quesitos formulados pelas partes.

O saldo atual do passivo reflete o posicionamento da assessoria jurídica da Companhia que estima possibilidade de perda provável, com essa estimativa de desembolso, caso não seja considerada a impugnação da CEPE referente à sentença de liquidação.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 66.570.000 e está composto por 131.250 ações nominativas, de valor unitário de R\$ 507, sendo 106.250 ações ordinárias e 25.000 ações preferenciais sem direito de voto. A participação do Governo do Estado de Pernambuco corresponde a 100% das ações ordinárias com direito a voto e 99,98% das ações preferenciais.

Reserva de reavaliação

A realização da reserva é reconhecida à medida que os ativos reavaliados forem sendo realizados mediante depreciação e baixas, até suas extensões.

Ajuste de avaliação patrimonial
Registram a contrapartida da mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda (investimento em outras companhias – ações).

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receitas operacionais		
Publicações	22.011.140	29.062.991
Digitalização	24.133.126	21.015.702
Serviços gráficos	11.559.443	2.753.850
Jornais	28.986	31.208
Revista Multicultural e publicações da revista	64.841	33.829
Assinaturas	85.186	157.809
Certificação digital	17.818	4.988
Direito de uso de software (cessão à Imprensa Oficial do RN)	127.080	440.000
	58.009.835	53.500.377
(-) Descontos concedidos	(17.685)	-
	58.009.835	53.500.377
Tributos diretos		
ISS	(975.079)	(702.626)
PIS/PASEP	(726.378)	(586.430)
COFINS	(3.429.673)	(2.702.893)
	(5.131.130)	(3.991.949)
Receita operacional líquida	52.878.705	49.508.428

18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2023	2022
Serviços gráficos em geral:		
● Material direto	2.547.698	1.708.275
● Mão de obra direta	3.790.569	2.651.509
● Mão de obra indireta	3.693.138	3.283.127
● Gastos indiretos de fabricação	5.755.526	6.862.747
	15.787.022	14.505.408
● Custos de serviços em andamento	1.102.862	(903.079)
	16.889.884	13.602.329

Digitalização:

● Salários	411.738	391.648
● Terceirização do serviço	7.858.048	7.673.206
● Aluguel e condomínio	2.666.927	2.453.748
● Energia	190.203	132.456
● Depreciação e amortização	485.437	429.684
● Outros	519.331	1.192.337
	12.131.784	12.273.079

Custo com venda de software

● (-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	29.021.668	25.885.408
	28.843.668	25.797.454

19. DESPESAS OPERACIONAIS – GERAIS

	2023	2022
● Serviços de terceiros	1.751.852	7.288.628
● Água, energia e comunicação	521.863	515.625
● Aluguéis	287.106	90.289
● Manutenções de instalações, móveis, móveis e veículos	15.577.916	2.751.039
● Manutenções de softwares, computadores e periféricos	693.638	1.176.548
● Assistência médica	1.688.126	1.638.194
● Programa de alimentação ao trabalhador	1.020.329	967.498
● Depreciações e amortizações	357.446	384.931
● Impostos e taxas	390.675	455.166
● Patrocínios e donativos	196.811	1.218.088
	8.767.762	16.456.006
● Demais despesas	1.965.436	2.413.770
	10.733.198	18.869.776

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	268.132	516.390
Juros ativos	61	54.964
Descontos obtidos	6.902	3.294

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano CI • Nº 38

Poder Executivo

Recife, 28 de fevereiro de 2024

CONTINUAÇÃO

21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Fatores de risco financeiro. A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

• Risco de crédito
Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

• Risco de capital
A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

• Risco de mercado
A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado.

A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (I) caixas e equivalentes; e (II) títulos e valores mobiliários.

• Risco de liquidez
A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

• Análise de sensibilidade
A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

22. SEGUROS
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas materiais e lucros cessantes, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023 a cobertura de seguros contra riscos operacionais está assim composta:

Ramo	Valor – R\$
- Incêndio, explosão e fumaça	19.200.000
- Danos elétricos	240.000
- Vendável e Impacto de Veículos	44.000
- Perda de aluguel	72.000
- Reconposição de registros e documentos	36.000
- Lucros cessantes	1.200.000
- Responsabilidade civil do empregador	500.000
- Responsabilidade civil operações	500.000
- Equipamentos eletrônicos	100.000
- Outros	30.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE
Recife – PE

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3. Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado.

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, ou não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 16 de fevereiro de 2024.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRCP-PE - 000690/O-0

Hugo Ferreira da Silva Júnior

CRCP-PE – 011620/0

PARERE DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE reuniram-se em 23/02/2024 para examinar o Relatório Anual da Administração, representado pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Examinando ainda, da mesma forma, o Relatório de Auditoria Independente da PHF Auditores Independentes S/S sobre as citadas Demonstrações Contábeis, indicando regularidade no concernente aos aspectos técnicos e relevantes da posição patrimonial e financeira da CEPE para o exercício em análise e quanto à aplicação das normas contábeis usuais no Brasil. Os membros do Conselho Fiscal, frente às apreciações realizadas e, diante as afirmações contidas no Relatório dos Auditores Independentes, atestam que as peças contábeis se apresentam em plenas condições para serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 23 de fevereiro de 2024.

Jorge da Costa Pinto Neves Filho

Presidente

Manoel Pires Medeiros Neto

Conselheiro

Ana Beatriz Freire Paes de Andrade

Conselheira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RODOLFO VIEIRA DE MELO DA COSTA PINTO

Presidente

JOÃO BALTAR FREIRE

Conselheiro

DANIELLA MARIA CARDOSO DE BRITO ALVES

Conselheira

MÁRIO HÉLIO GOMES DE LIMA

Conselheiro

BRUNO MAIA DE AZEVEDO SILVA

Conselheiro

DIRETORIA

JOÃO BALTAR FREIRE

Diretor Presidente

IGOR PESSOA BURGOS

Diretor Administrativo e Financeiro

EDSON RICARDO TEIXEIRA DE MELO

Diretor de Edição e Produção

GERINALDO BEZERRA DE MATOS

Contador – CRC/PE – 11.684/O

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano CI • Nº 38

Poder Executivo

Recife, 28 de fevereiro de 2024



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=N85B96AJZ2-28RR0S0PPW-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

N85B96AJZ2-28RR0S0PPW-P2TH9ZW2VI

